

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: *Journal do Brasil*

Class.: 764

Data: 29.09.83

Pg.: _____

Ministros de Figueiredo pedem a punição de Juruna

Brasília/A. Dorgivan

Brasília — A punição do Deputado e ex-cacique xavante Mário Juruna (PDT-RJ) foi pedida ontem à Mesa da Câmara pelo Ministro Leitão de Abreu, chefe do Gabinete Civil da Presidência da República. Juruna, segundo o Aviso nº 462/83, assinado por Leitão, pronunciou um discurso, segunda-feira, considerado gravemente ofensivo à honra do Senhor Presidente da República e dos Ministros de Estado.

Em seu discurso, de improviso, Juruna disse que "todo Ministro é ladrão" e que "parece que o Presidente da República não está enxergando". A decisão de pedir a punição do Deputado foi tomada no fim da tarde de anteontem pelo Presidente João Figueiredo, por inspiração dos Ministros Walter Pires, do Exército, e Délio Jardim de Mattos, da Aeronáutica. Até ontem à noite, pelo menos 12 ministros enviaram à Câmara avisos semelhantes ao de Leitão.

Cassação

A maioria dos ministros, no pedido de punição, mencionou o Artigo 35, item II, da Constituição, que prevê a cassação do mandato. Os Ministros Délio Jardim de Mattos, da Aeronáutica, e Ibrahim Abi-Ackel, da Justiça — segundo informações de assessores — não citaram o Artigo 35. Mas o porta-voz palaciano, Carlos Átila, afirmou que o pedido é para cassar o mandato de Juruna. "O Artigo 35", explicou, "diz que perderá o mandato o parlamentar que insultar as instituições nacionais. Os Ministros são instituições."

O líder do PDS, Deputado Nelson Marchezan, sabia do episódio desde terça-feira e tentou, por duas vezes, contorná-lo no Palácio do Planalto, com a ajuda do Ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel. Ontem, Marchezan contou a um amigo que o Ministro Leitão de Abreu também menosprezou a importância das acusações de Juruna, argumentando com o Ministro Walter Pires, do Exército, que ele é um índio e não sabe direito o que está falando. "Então não pode ser Deputado", teria respondido o General Pires, segundo a versão.

Os avisos de Ministros começaram a chegar à Câmara na noite de terça-feira, quando às 19h foi entregue o do Ministro Delfim Neto. Ontem de manhã, chegaram mais quatro, dos chamados Ministros da Casa (Rubem Ludwig, Leitão de Abreu, Danilo Venturini e Otávio Medeiros). Hoje, mais alguns deverão pousar na mesa do presidente da Câmara, Deputado Marclio, que está em Fortaleza e marcou uma reunião da mesa da Câmara para segunda-feira, às 9h.

O líder Marchezan afirmou ontem que já estava preocupado com o discurso de Juruna antes mesmo de saber da reação do Planalto. Às 12h de terça-feira, recebeu um telefonema de Leitão de Abreu, que previu problemas com o discurso. Ele então procurou o presidente da Câmara, Flávio Marclio, e este, de Fortaleza, decidiu suspender a publicação do Discurso — na versão pronunciada — No Diário do Congresso Nacional.

Quando Juruna falou, na tarde de segunda-feira, o Deputado Walber Guimarães (PMDB-PR), que estava na presidência, pensou em interrompê-lo e adverti-lo dos termos pouco protocolares:

— Mas fiqueí recesso, porque ele sempre se irrita. Então, pensei: ele sempre traz um discurso escrito e fala outra coisa. Mas o que vale é o que está escrito. Então resolvi que orientaria a taquígrafia para validar, na hora da publicação, somente a parte escrita explicou Guimarães.

Marchezan, quando soube do pedido de punição a Juruna, na noite de terça-feira, imediatamente comunicou o fato ao líder do PDT, Bocayuva Cunha. E se disse surpreendido porque os Ministros não quiseram processar Juruna diretamente, preferindo a via do pedido à Câmara. "É uma atitude nova, uma demonstração de confiança na Câmara", disse ele ontem à tarde.

Mas um membro da direção nacional do PDS admitiu que o episódio estabelece uma espécie de confronto entre o Executivo e o Legislativo e que o Executivo pode ter decidido cobrar uma punição à Câmara exatamente para criar um impasse. Outros líderes do PDS reconhecem, entretanto, que é quase impossível que a Câmara casse o mandato do Deputado-índio.

Negociação

Tudo, segundo outro dirigente do PDS, terá de ser habilmente negociado até segunda-feira, porque as informações recebidas do Palácio do Planalto dão conta de que o Presidente Figueiredo exige uma punição. Não se sabe, todavia, se ele absorveria a fórmula da censura. De todo modo, informou um Ministro, o Governo entende que as críticas das Oposições, no Congresso, estão atingindo uma contundência que se aproxima mais da injúria do que da crítica parlamentar. E o discurso de Juruna, informou, teria sido "a gota d'água".

Ontem à noite, os líderes dos cinco Partidos — Srs Nelson Marchezan (PDS), Freitas Nobre (PMDB), Bocayuva Cunha (PDT), Celso Peçanha (PTB) e Airton Soares (PT) — se reuniram por duas horas no gabinete do primeiro. À saída, Bocayuva Cunha minimizou o problema:

— Expliquei que há um problema de semântica. O Juruna sempre diz que o Brasil pertencia aos índios e que os brancos roubaram o país deles. Com o Juruna, a coisa tem de ser diferente. Ele é um digno representante da raça indígena.

Marchezan observou que, pessoalmente, relevaria as palavras do Deputado carioca. Mas justificou o comportamento dos Ministros: "Lamento, mas cabe a eles defenderem sua honra." Já o Deputado Juruna não se mostrou impressionado com o movimento em redor dele:

— Nunca vi o diabo ser cassado. Porque sou um homem bom, vou ser cassado? Os Ministros não deviam ter feito isso. Se eu falei mentira, marca reunião pra discutir de homem pra homem. Contra gente boa sempre acontece coisa ruim — desculpou-se.

Uma fonte do Palácio do Planalto disse que o Tribunal Regional Eleitoral do Rio errou ao aceitar a candidatura de Juruna a deputado e muito mais ao diplomá-lo. Ele não sabe ler nem escrever e, analfabeto, além de expressar-se muito mal em português, não poderia ser eleito e diplomado.



Ferraço(E), dissidente do PDS, procurou consolar Juruna

Artigo 35 prevê perda do mandato

Brasília — O Artigo 35, item II, da Constituição, no qual se fundamenta a maioria dos Ministros de Estado na representação encaminhada ao Presidente da Câmara contra o Deputado Mário Juruna (PDT-RJ), dispõe que "perderá o mandato o deputado ou senador cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar ou atentatório das instituições vigentes".

Ressalva, contudo, a Constituição, no parágrafo 2º do mesmo artigo que "a perda do mandato será declarada pela Câmara dos Deputados ou pelo Senado Federal, mediante provocação de qualquer de seus membros, da respectiva Mesa ou de Partido político".

De acordo com o Regimento Interno da Câmara (Artigo 17, item 14) compete ao presidente da Mesa nomear a comissão especial, cujo número de membros ele fixará no ato de sua constituição, destinada a dar parecer sobre o processamento da representação; sobre perda de mandato por falta de decoro parlamentar; ou por procedimento atentatório às instituições vigentes.

A comissão especial, ainda de acordo com o Regimento da Câmara (Artigo 262), poderá recomendar à Mesa a aplicação da pena de censura ao deputado que "usar, nos discursos ou pareceres, de expressões ofensivas a membros do Poder Legislativo ou às autoridades constituídas dos demais Poderes da República". A censura, conforme o Regimento, será verbal ou

escrita. Noutra hipótese, de conformidade com o resultado da investigação, a Mesa poderá sugerir a suspensão do mandato. Essa penalidade é prevista para os reincidentes dos atos que implicaram censura.

Segundo o Regimento, a penalidade de suspensão, que não poderá exceder a 15 dias, será aplicada pelo plenário, aberta ao acusado a oportunidade de ampla defesa". Para decretar a suspensão do mandato do parlamentar, é necessário o voto favorável da maioria absoluta da Câmara (240 deputados). O PDS tem 235 deputados e a Oposição, reunida, 244.

Prevê ainda o Regimento que a perda de mandato por procedimento incompatível com o decoro parlamentar ou atentatório às instituições vigentes, por proposta da comissão especial, dependerá da maioria absoluta da Casa.

A comissão especial, se for designada pelo Deputado Flávio Marclio na próxima segunda-feira, terá representação proporcional ao número de integrantes das bancadas, a exemplo do que ocorre na Mesa Diretora e em todas as comissões permanentes, especiais e de inquérito.

Ontem à noite, um assessor do presidente da Câmara disse que o Deputado Flávio Marclio, ao tomar conhecimento oficial das representações dos Ministros contra o Deputado Mário Juruna, poderá simplesmente mandar retirar do discurso, antes de mandar publicá-lo no Diário do Congresso, as expressões ofensivas às autoridades e encerrar o assunto.

As ofensas do Deputado

Brasília — "Para mim todo Ministro é corrupto, todo Ministro é ladrão, todo Ministro é sem-vergonha, todo ministro é mau caráter". Este é um dos trechos do discurso pronunciado segunda-feira pelo Deputado Mário Juruna (PDT-RJ), que provocou a reação dos Ministros e os levou a pedir providências contra o parlamentar à mesa da Câmara.

Juruna falou a um plenário quase vazio — havia menos de 20 dos 479 Deputados — e começou por atacar a Funai e o Ministério do Interior, ao tratar da briga entre índios pataxós e posseiros, no Sul da Bahia. Passou depois a generalizar os ataques aos Ministros e ao Presidente Figueiredo. "Como o Presidente da República, como outros Ministros estão roubando", afirmou.

A linguagem

Estes são alguns dos principais trechos do discurso:

— Este Presidente da República devia tomar conhecimento para queimar todo lixo, queimar toda sujeira que não presta para nós aqui do Brasil. Parece que este Presidente da República também ele é contra a nação indígena, ele é contra o povo. Se fosse Presidente bom, tinha tomado atitude do que está acontecendo com o índio.

— Não tem Ministro nenhum que presta. Para mim todo Ministro é corrupto, todo Ministro é ladrão, todo Ministro é sem-vergonha, todo Ministro é mau caráter. (...) Ninguém pode dizer que Juruna não presta. Quem não presta é todo Ministro, quem não presta é todo millico, esse pessoal que tira a polícia no quartel contra índio.

— Onde está o direito do índio? Onde está o direito do ser humano? Só tem direito ser humano millico. Não tem direito ser humano gente pobre. Onde está o direito do povo? Aqui não tem direito nenhum, porque aqui direito do povo é fome, direito do povo é injustiça. O direito do povo é a miséria. Esse é o direito do povo. Mas não tem direito do povo para viver, para respirar, para comer, para cantar, para abraçar outro.

— Aqui no Brasil precisa ter gente. O Brasil precisa ter homens de capacidade, homens de coragem, homens que prestam.

Esse pessoal, eu não estou muito satisfeito com esses millicos. Estou muito chateado porque a guerra está aí, a fome está aí, expulsão está aí, injustiça está aí.

— Parece que o Presidente da República não está enxergando. Quando vem dólar do estrangeiro, ele tira arcaia dos olhos. Quando está acontecendo aqui no Brasil, ele pega a arcaia e joga nos olhos dele. Quando vem dólar do estrangeiro, faz a limpeza, mas a pobreza do povo ninguém enxerga.

— Queremos mudar o Brasil, o Brasil está precisando mudar. Não preciso do Brasil como está hoje.

— O Ministro Mário Andreazza está acabando com a gente. Como já disse, ele foi chefe do transporte e foi quem acabou terra do índio. Ele é responsável. Foi quem fez estrada na terra do índio. Em Waimiri-Atroari, na Amazônia, para fazer estrada, o índio chegava para defender sua terra. Mandava Exército matar índio, jogava bomba para cima do índio.

— O Ministro da Funai é Ministro do empresário e ainda está querendo ser Presidente da República e por quê?

— O Brasil, comparação, é como canoa que vai vazia. Canoa vai em cima da água e vai e encosta muito bem no barranco. Em volta vem muita gente em cima da canoa e canoa afunda até embaixo da água. O piloto sai, o resto morre. Então é mesma coisa com o Brasil, que está afundando. Como esse presidente do Banco Central, que saiu e não conseguiu tirar mais a canoa. Entregou a canoa para Pastore. Mas ele não vai conseguir tirar.

— Todos nós estamos chamando o Ministro Delfim Neto de ladrão, o pior que existe no Brasil. Não é só Delfim que é ladrão, não é só Delfim que está roubando a terra do Brasil. Se tivesse só o Ministro Delfim Neto roubando o dinheiro da nação, ele já tinha sido demitido há muito tempo. E como o Presidente da República, como outros Ministros também estão roubando. É o mesmo problema. É difícil. O Ministro não vai sair.

— Eu, Juruna, não quero Nova Iorque. Juruna não quer Paris. Quem quer Paris é o Delfim, o João Batista, o Mário Andreazza, o Ministro da Justiça, o Ministro do Ministério...